

Conteúdo programático de prática processual - 8º semestre Matutino

1. Prática Processual – direito do consumidor

1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

A empresa de Engex Ltda. realizou um evento para seus funcionários com intuito de comemorar o atingimento das metas estabelecidas antes do prazo final estipulado pelo setor de organizacional. O evento foi realizado no escritório da empresa. Neste dia, foi oferecido um churrasco e refrigerantes. Um dos funcionários serviu o refrigerante da marca W para os colegas, mas após experimentá-lo todos perceberem o gosto estranho no mesmo. O funcionário que serviu o refrigerante resolveu verificar a garrafa e acabou encontrando uma lagartixa dentro da garrafa. Diante disso, pergunta-se e responda por extenso de maneira justificada:

- a) Qual à medida que o consumidor poderá tomar diante tal situação? Justifique sua resposta indicando a base legal.
- b) Elabore a **petição inicial** relativa à ação cabível no presente caso, demonstrando na peça processual quais princípios consumeristas foram violados na circunstância narrada.

2. Prática - Direitos Humanos e Direitos Difusos

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

- trabalho manuscrito , em 1 lauda de 25 linhas, realizando pesquisa e consulta pela internet, a uma ONG que possui um site, respondendo as seguintes questões :

- A) o que é uma ONG (estrutura jurídica) e quais seus objetivos específicos
- B) forma de funcionamento e área de atuação
- C) atingimento ou efeito social

⇒ Nesta reportagem da revista época os alunos encontraram uma lista com as 100 melhores ONGs de 2017 para realização da pesquisa.

⇒ <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/08/100-melhores-ongs-do-brasil.html>

3. Prática Processual – processo penal -

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Pedro é filho de Ana, empregada que trabalha na residência da família Pereira. Ao tomar conhecimento, por meio de sua mãe, que os donos da residência estariam viajando para comemorar a virada de ano, vai até o local e subtrai o veículo automotor dos patrões de sua genitora, pois queria fazer um passeio com sua namorada. Desde o início, contudo, pretende apenas utilizar o carro para fazer um passeio pelo quarteirão e, depois, após encher o tanque de gasolina novamente, devolvê-lo no mesmo local de onde o subtraiu, evitando ser descoberto pelos proprietários. Ocorre que, quando foi concluir seu plano, já na entrada da garagem para devolver o automóvel no mesmo lugar em que o havia subtraído, foi surpreendido por policiais militares, que, sem ingressar na residência, perguntaram sobre a propriedade do bem. Ao analisarem as câmeras de segurança da residência, fornecidas pelo próprio Pedro, perceberam os agentes da lei que ele havia retirado o carro sem autorização do verdadeiro proprietário. Foi, então, Pedro denunciado pela prática do crime de furto simples. A denúncia foi recebida pelo juízo competente, qual seja da 1ª Vara Criminal da Comarca de Suzano. Os fatos acima descritos são integralmente confirmados durante a instrução, sendo certo que Pedro respondeu ao processo em liberdade. Foram ouvidos os policiais militares como testemunhas de acusação, e o acusado foi interrogado, confessando que, de fato, utilizou o veículo sem autorização, mas que sua intenção era devolvê-lo, tanto que foi preso quando ingressava na garagem dos proprietários do automóvel. Após toda a produção de provas o Ministério Público, em sua

manifestação derradeira, requereu a condenação nos termos da denúncia. Advogado de Pedro foi intimado para apresentar defesa.

4. Atividade externa

- Assistir 03 (três) audiências de instrução e julgamento, da **Justiça Criminal Comum – audiência de instrução**, pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades externas e anexar **o comprovante**.
- Assistir a 02 (duas) sessão de julgamento no **Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal**, cuja lide envolva Direito Civil e Processo Civil, mediante preenchimento de relatório, contendo, os dados do processo.
- ⇒ **Obs** : O prof. João Batista Vilhena, 3º juiz da 17ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP, autorizou que os alunos assistissem as sessões de maneira remota. As sessões ocorrem as quartas telepresencial, a partir das 13:30 horas. A cada semana será encaminhado o link de acesso das sessões pelos representantes de sala.

□ 5. Estágio 40 horas

- ✓ Estágio no Núcleo de Prática Jurídica, mediante preenchimento de relatório, Termo de Compromisso de Estágio ou declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil).

Ou

- ✓ **Alternativa para os alunos que não podem cumprir 40 horas.**

O aluno deverá responder as 3 questões/problemas abaixo de acordo com o solicitado em cada uma delas.

- 1) Jaime é dono de duas propriedades rurais no município onde reside: a Chácara Santa Paulina e a Fazenda das Carolinas. A Chácara Santa Paulina é uma pequena propriedade, assim definida em lei, improdutiva e que serve de

lazer a Jaime e sua família, enquanto a Fazenda das Carolinas é uma grande propriedade que cumpre sua função social, na qual se cultiva café e milho. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o Estado determinou a desapropriação para fins de reforma agrária, uma de suas propriedades. **Elabore a petição inicial da ação de desapropriação indicando corretamente qual a área será suscetível de desapropriação.**

2) **Leia ao problema apresentado, escolha uma alternativa e justifique a sua escolha com um artigo do Estatuto da Advocacia e da OAB, de forma dissertativa.**

O advogado João, conselheiro em certo Conselho Seccional da OAB, foi condenado, pelo cometimento de crime de tráfico de influência, a uma pena privativa de liberdade. João respondeu ao processo todo em liberdade, apenas tendo sido decretada a prisão após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Quanto aos direitos de João, considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) João tem direito à prisão domiciliar em razão de suas atividades profissionais, ou à prisão em sala de Estado Maior, durante todo o cumprimento da pena que se inicia, a critério do juiz competente.
- b) João tem direito a ser preso em sala de Estado Maior durante o cumprimento integral da pena que se inicia. Apenas na falta desta, em razão de suas atividades profissionais, terá direito à prisão domiciliar.
- c) João não tem direito a ser preso em sala de Estado Maior em nenhum momento do cumprimento da pena que se inicia, nem terá direito, em decorrência de suas atividades profissionais, à prisão domiciliar.
- d) João tem direito a ser preso em sala de Estado Maior apenas durante o transcurso de seu mandato como conselheiro, mas não terá direito, em decorrência de suas atividades profissionais, à prisão domiciliar.

3) **Lei ao problema apresentado, escolha uma alternativa e justifique a sua escolha com um artigo do Estatuto da Advocacia e da OAB, de forma dissertativa.**

O advogado Geraldo foi regularmente constituído por certo cliente para defendê-lo em um processo judicial no qual esse cliente é réu. Geraldo ofereceu contestação, e o processo segue atualmente seu trâmite regular, não tendo sido, por ora, designada audiência de instrução e julgamento. Todavia, por razões insuperáveis que o impedem de continuar exercendo o mandato, Geraldo resolve renunciar. Em 12/02/2019, Geraldo fez a notificação válida da renúncia. Três dias depois da notificação, o mandante constituiu novo advogado, substituindo-o. Todo o ocorrido foi informado nos autos.

Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Geraldo continuará a representar o mandante durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia
- b) O dever de Geraldo de representar o mandante cessa diante da substituição do advogado, independentemente do decurso de prazo.
- c) Geraldo continuará a representar o mandante até que seja proferida e publicada sentença nos autos, ainda que recorrível.
- d) Geraldo continuará a representar o mandante até o término da audiência de instrução e julgamento.